Considerações finais

Luís Augusto Bustamante Lourenço

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LOURENÇO, L.A.B. Considerações finais. In: *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista Triângulo Mineiro (1750-1861)* [online]. Uberlândia: EDUFU, 2005, pp. 341-343. ISBN 978-85-7078-516-9. <https://doi.org/10.7476/9788570785169.0009>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Considerações finais

Ao longo dos seis capítulos aqui escritos, avaliamos a pertinência de se usar o instrumental teórico-metodológico da Geografia para entender o passado histórico. Delimitamos como região de estudo o Triângulo Mineiro, compreendida entre os cursos dos rios Grande e Paranaíba, e que hoje forma o Extremo Oeste de Minas Gerais. O período histórico escolhido foram os cento e dez anos que se estenderam de 1750 — data da fundação dos primeiros estabelecimentos coloniais na região — a 1861 — início da década na qual Uberaba consolidou sua posição de uma das mais importantes cidades do interior do Império do Brasil. Procuramos entender como se deu o processo de povoamento luso-brasileiro da região, no contexto da sociedade colonial brasileira.

Na primeira fase do processo de ocupação, o governo colonial tinha a região apenas como *área de passagem* e, por isso, não via como estratégico seu povoamento efetivo. O Triângulo fazia parte de um dos vários interstícios que isolavam as regiões mineradoras e, por conseguinte, sua colonização foi desestimulada, no século XVIII. No entanto, o governo da capitania de Goiás estabeleceu, ao longo da *Estrada dos Goiazes* ou do *Anhanguera*, alguns aldeamentos indígenas, destinados a dar guarida e pouso às tropas que chegavam até Goiás.

Do período pombalino em diante, uma nova visão estratégica do interior levou o Estado Colonial a estimular o povoamento das “regiões vazias”. O Triângulo Mineiro foi transferido de Goiás para Minas, em 1816, e, a partir daí, tornou-se alvo de uma campanha de colonização, que se estendeu por toda a primeira metade do século XIX. Nessa época, vivia-se um volumoso processo migratório, a partir da região central de Minas: a diáspora dos geralistas. Esta foi motivada por tensões demográficas, acumuladas sobre uma agricultura e pecuária praticadas com base técnica rústica.

Os migrantes que chegaram ao Triângulo Mineiro encontraram os aldeamentos indígenas criados no século anterior. Iniciou-se então a expulsão dos índios, para que suas terras pudessem ser distribuídas entre fazendeiros e sitiantes.

Ao chegar na região, famílias vindas das comarcas de Sabará, Ouro Preto e Rio das Mortes se estabeleceram em fazendas agropecuárias, onde havia grande diversidade de produção, mas os únicos excedentes exportáveis consistiam em gado, algodão e toucinho, em função da dificuldade de acesso aos mercados consumidores. Tais famílias, como de resto a sociedade colonial, acumulavam riqueza principalmente sob formas não-capitalistas, como escravos e terras.

O escravismo não era, todavia, a única relação de trabalho. Era grande o número de camponeses pequenos proprietários e sitiantes. Uma parte deles possuía escravos, que estendia — mas não substituía — o trabalho familiar. Na verdade, a maior parte da população escrava da região pertencia a esses pequenos proprietários de cativos. Apesar da posse pulverizada de escravos, havia um pequeno número de grandes fazendeiros que concentravam grande parte da riqueza disponível. Esse padrão de concentração de riquezas, numa sociedade fortemente hierarquizada, era típico das sociedades do Antigo Regime, do qual Portugal e sua colônia americana eram parte.

No processo de ocupação pioneira, os colonos usaram um sistema técnico rústico, em que se fundiam elementos ameríndios e ibéricos. Esse sistema, moldado na região central de Minas, numa região de florestas e montanhas, foi adaptado para o ambiente do Triângulo Mineiro, caracterizado pelo domínio do Cerrado e pelo relevo de chapadas. A rusticidade desse sistema técnico permitia que a economia se reproduzisse com custos muito baixos, que se resumiam praticamente à aquisição de escravos.

À medida que os sitiantes e fazendeiros iam se estabelecendo, fundavam arraiais, que eram o centro social, religioso e mercantil dos bairros rurais. Estes eram grupos de vizinhança, famílias dos mais diversos estratos sociais que se identificavam a um território e à devoção a um santo, ao qual era erigida a capela que fundava o arraial. Este funcionava como o espaço da reprodução das hierarquias sociais, mediante a realização de rituais como batizados, casamentos, missas, procissões e funerais, e também era o elo entre o grupo de colonos e a sociedade maior.

As hierarquias reproduziam-se também no espaço de moradia dos arraiais, com as famílias mais abastadas ocupando o largo da matriz, enquanto as mais pobres ocupavam as ruas secundárias. O arraial era residência temporária para a maior parte da população, enquanto aqueles que lá tinham residência

fixa constituíam um dos estratos mais pobres da população sertaneja, formado por artesãos, jornaleiros e pequenos comerciantes.

Dos anos 1820 em diante, a localização geográfica de Uberaba permitiu ao arraial conquistar logo uma posição de grande importância, como núcleo intermediário entre as cidades do litoral e o interior agropastoril. Por isso, tornou-se uma das mais importantes localidades do interior do Brasil, no século XIX.

Várias questões, relativas ao Triângulo Mineiro dos Setecentos e Oitocentos, contudo, permanecem por serem respondidas, tanto pela Geografia quanto pela História. Talvez a principal contribuição deste trabalho seja o de indicar alguns caminhos para estudos futuros. É necessário avaliar, por exemplo, por meio de estudos seriais, o papel do tráfico negreiro na região, no período estudado. Este comércio consistia na principal forma pela qual o excedente da economia regional era drenado e acumulado pelas elites mercantis do litoral. Estudos demográficos mais completos podem ser feitos a partir da localização de documentos paroquiais produzidos na região. Uma busca mais completa em arquivos goianos poderia revelar novos documentos acerca dos aldeamentos da Estrada do Anhanguera.

Além disso, não abordamos outras atividades econômicas que eram muito importantes, como a produção da cana de açúcar para os engenhos e engenhocas da região, como pudemos verificar pelos inventários *post mortem*. E, principalmente, é necessário estudar melhor a formação do capital mercantil na região, e quais eram suas relações com as elites agrárias. Tais questões permanecem propostas para futuras pesquisas.